

Notícias do dia 10 de agosto



**TRIBUNAL DE CONTAS**  
DO ESTADO DE GOIÁS

# Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 9

O POPULAR - GO - CAPA  
TCE - GO

TCE aponta piora na situação das GOs no semestre.....4

O POPULAR - GO - CAPA  
TCE - GO

Orçamento muda para atender 16 demandas.....5

O POPULAR - GO - POLÍTICA  
TCE - GO

Assembléia aprova mais R\$ 783 milhões para folha do estado.....6

O POPULAR - GO - VIDA URBANA  
TCE - GO

TCE aponta piora das rodovias estaduais.....8

DAQUI - GO - CAPA  
TCE - GO

Seis trechos têm buracos em mais de 90% do asfalto.....10

DAQUI - GO - GERAL  
TCE - GO

Buracos tomam seis trechos.....11

RÁDIO EXECUTIVA FM 92,7 - GOIÂNIA - GO - CAFÉ EM EXECUTIVA  
TCE - GO

Seis trechos de GO's estão com buracos aponta TCE.....12

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Parlamento goiano avaliza propostas voltadas à economia do Estado.....13

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Plenário dá aval a matéria que altera Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....15

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Plenário dá aval à matéria que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....16

ENTRELINHAS GOIÁS - GOIÂNIA - GO - GOIÁS  
TCE - GO

TCE: 90% das rodovias goianas estão precárias.....17

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Projetos do Executivo são destaque na pauta desta quinta-feira, 10.....18

O POPULAR ONLINE - GO - OPINIÃO  
TCE - GO

Rodovias esburacadas (Editorial).....20

DIÁRIO DE APARECIDA ON-LINE - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Assembleia aprova remanejamento de R\$ 783 milhões no orçamento.....21

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Incompetência: Caiado, o rei de buracos, placas e erosões nas rodovias. Relatório do Tribunal de Contas aponta aumento de piora



Sexta-Feira, 11 de Agosto de 2023

# TCE aponta piora na situação das GOs no semestre

p10

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/10-agosto-2023/10-caderno>

# Orçamento muda para atender 16 demandas

Assembléia aprova remanejamento de RS 783 milhões  
para reajustes, revisões e data base de servidores

p6

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/10-agosto-2023/1o-caderno>

# Assembléia aprova mais R\$ 783 milhões para folha do estado

Rubens Salomão rubens.salomao(ã)opopular.com.br

O plenário da Assembléia Legislativa aprovou, na tarde desta quarta-feira (09), o projeto do governo estadual que altera o orçamento deste ano e faz remanejamento de R\$ 783,4 milhões para atender a 16 demandas de diferentes categorias de servidores do estado. A matéria chegou a ter questionamentos da oposição, que buscou a inclusão de outras reivindicações do funcionalismo, mas acabou aprovada em primeira votação por 25 votos a favor e nenhum contra.

O maior montante vai para pagamento de reajuste salarial para professores, por R\$319 milhões. Depois vem a data base de 2023, por R\$ 292 milhões, e a nomeação de aprovados no concurso de 2022 da Polícia Militar, ao custo de R\$ 69 milhões. Há ainda revisões gerais para Assembléia Legislativa, **Tribunal de Justiça de Goiás** (TJGO), **Tribunal de Contas do Estado** (T-CE), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Defensoria Pública (DPE), Ministério Público Estadual (MPGO) e Secretaria de Educação (Seduc), que somam R\$ 84 milhões (veja quadro ao lado).

A deputada estadual Bia de Lima (PT) travou a votação ainda na última semana com pedido de vistas na Comissão Mista, mas não propôs qualquer emenda à matéria. Já no plenário, Antônio Gomide (PT) apresentou voto em separado, o que forçou a análise do texto na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). O deputado tentou incluir demandas de professores da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Segundo levantamento da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Goiás (A-DUEG), há demanda acumulada para a progressão dos profissionais. Apesar da previsão específica no plano de carreira da instituição, há 128 pós-doutores que recebem como doutores, 136 doutores que têm remuneração de mestres e 11 com mestrado que ainda estão registrados como especialistas.

Além disso, o petista cobrou a inclusão de professores da universidade no Regime de Tempo Integral. O Plano de Cargos e Salários prevê que dois terços do quadro de profissionais tenham dedicação exclusiva em tempo integral, mas apenas 35% têm a "Dedicação à Docência e à Pesquisa". O projeto da governadoria

atende 180 professores, mas Gomide pediu a inclusão de todos os 347.

A emenda de Gomide foi negada em relatório do líder do governo, Wilde Cambão (PSD), em rápida apreciação da CCJ. O petista garante manter a pauta no trabalho da Frente Parlamentar em Defesa da UEG.

## PLANEJAMENTO

Apesar de não encontrar votos contrários ao projeto de re-manejamento da Lei Orçamentária, a oposição apresentou críticas à suposta falta de planejamento do governo estadual. Para o deputado Major Araújo (PL), a gestão financeira executada pela Secretaria de Economia e pelo governador não tem previsibilidade.

"Demonstra que o governo não é planejado. Falta cuidado e zelo com a gestão, porque todos os anos tem havido esse tipo de remendos no orçamento. Antes essas mudanças eram algo esporádico, mas agora viraram regra", critica o opositor.

"É difícil votar contra, por ter agora um atendimento aos servidores", admite o parlamentar. "Mas, se esses recursos estão vindo para tapar um buraco no planejamento, alguém vai ficar prejudicado, outra área do governo. O ideal é que se fizesse um planejamento já prevendo o aumento de efetivo e essas concessões que foram feitas", avalia. O projeto passou por votação simbólica em plenário, quando os parlamentares precisam se manifestar para registrar voto contra. Os opositores presentes, Gustavo Sebba (PSDB), Gomide e Mauro Rubem (PT), votaram a favor. A segunda e última votação pode ocorrer a partir das 17h nesta quinta-feira (10).

Gomide também sugere que "falta planejamento" à gestão. "Nós temos visto que o governo tem o recurso, mas não temos uma conduta, um caminho. Não temos um planejamento", afirma o parlamentar, ao citar que as previsões deveriam ter sido todas feitas ainda na previsão, em 2022.

## OUTRO LADO

A crítica, no entanto, é rebatida pelo presidente da Casa, Bruno Peixoto (U B). O deputado governista nega a falta de planejamento e argumenta que a atualização do orçamento é necessária depois da

definição dos índices para revisões gerais e da data base. "De maneira nenhuma. Nós precisamos ter o planejamento daquele período e a consolidação do índice da inflação", alega o presidente.

Peixoto afirma que não seria possível ter a previsão antecipadamente, "porque pode acabar sendo um benefício ou até um prejuízo aos servidores, se fizermos a votação antes da definição da data base", diz. "Por isso, agora é que são feitas as adequações", finaliza.

Já o líder do governo de Ronaldo Caiado (UB) garante que o projeto aprovado representa a "valorização dos servidores" e que haverá "melhora no atendimento à população". O pessedista ainda busca normalizar as alterações no orçamento e lembra da queda de arrecadação prevista ainda em 2022 com as mudanças no ICMS.

"Até porque no ano passado teve a questão do corte e a perda muito grande que o estado teve com a redução do ICMS. Então, o governo agora está sendo responsável. A partir do momento que se encontra a disponibilidade de caixa para fazer, o governo tem atendido. Tudo é em função dos números da administração, para definir o que se pode avançar", avalia Cambão.

"No ano passado teve a questão do corte e a perda muito grande que o estado teve com a redução do ICMS. Então, o governo agora está sendo responsável" Wilde Cambão (PSD), líder do governo na Assembleia

Folha mais cara Ampliação de recursos para funcionalismo atende articulação com 14 categorias

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/10-agosto-2023/10-caderno>

# TCE aponta piora das rodovias estaduais

"Vandré Abreu vandre.abreu(S)opopular.com.br

Técnicos do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** apontam que seis trechos da malha rodoviária goiana estão com mais de 90% comprometidos, ou seja, quase totalmente esburacados. A situação é pior na GO-108, que liga Mambá a Sítio D'Abadia, na região Nordeste, em que há buracos em todo o trecho de 45 quilômetros (km). Os dados constam no relatório de Fiscalização das Rodovias Estaduais, realizado anualmente pelo órgão. Ao todo, 112 trechos foram percorridos pelos técnicos, o que somou um total de 6.089 km da malha estadual, ou seja, 50,8% de todas as rodovias pavimentadas.

A GO-070, no trecho que liga Itapirapuã a Matrinchã é listada no relatório também entre as piores, com 98,5% do local com buracos. Ainda estão com mais de 90% comprometidos os trechos das GOs 446 (entre Iaciara e Posse), com 94,5%, 463 (entre a BR-020 e Divinópolis de **Goiás**), com 91,5%, 020 (entre Pires do Rio e a BR-050) com 91,3%, e a 568 (entre Indiara e Palmeiras de **Goiás**), que possui buracos em 90,9%. Essas rodovias fiscalizadas, somadas, possuem 280 quilômetros em que a condição viária é péssima. Há ainda outros três trechos rodoviários estaduais cujos problemas estão em mais de 80%, eles estão nas GOs 236, 302 e 206 (ver mais no quadro na página ao lado).

Segundo o **TCE-GO**, "em 2019, 2020 e 2022 foram realizados trabalhos de fiscalização com objetivo de avaliar, mediante amostragem, as condições de trafegabilidade das rodovias goianas". Todas as ações de fiscalização resultaram em processos internos no órgão e foram publicados no Observatório do Cidadão. A fiscalização realizada pelo tribunal no ano passado, de acordo com o órgão e em razão da situação encontrada, resultou no encaminhamento de diligências aos gestores da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra).

Houve, no entanto, a necessidade de exame in loco das medidas adotadas pelo governo estadual e, para isso, foi designada nova equipe de fiscalização, que resultou no relatório realizado para 2023. Válido ressaltar que a vistoria nos trechos foi realizada durante o primeiro semestre deste ano. "A fiscalização realizada em 2023 ocorreu dentro do mesmo processo de nº 202200047001676 e teve por objetivo realizar diagnóstico das condições atuais das rodovias fiscalizadas em 2022, de forma a avaliar o resultado

das medidas adotadas pela Goinfra em relação aos trechos fiscalizados em 2022", explica o TCE-GO.

**PIORA** A fiscalização de 2022 foi realizada em 111 trechos rodoviários estaduais, que somavam 6.036 km. Na ocasião, nenhuma **rodovia** tinha mais de 70% de comprometimento. A pior situação era exatamente com a GO-108, entre Mambá e Sítio D' Abadia, que na ocasião estava com 66,8% do trecho comprometido com buracos na pista, ainda longe dos atuais 100%. Também na fiscalização do ano passado, apenas dez trechos tinham mais da metade da pista com problemas estruturais. Neste ano, os buracos estão em mais de 50% das pistas em 31 dos trechos analisados.

"Restou constatado que, apesar dos contratos de manutenção rodoviária e do esforço empreendido pela Goinfra, boa parte dos trechos fiscalizados ainda apresentam problemas, afetando o nível de segurança das rodovias estaduais", informa o **TCE-GO**. Para os técnicos do tribunal, diversos fatores podem contribuir para essas condições, "como a sobrecarga das rodovias, tempo decorrido desde a construção, eventos climáticos, má manutenção etc.". Para se ter uma ideia, o trecho da GO-070 entre Itapirapuã e Matrinchã, em 2022 estava apenas 1,8% comprometido, bem diferente dos atuais 98,5%.

Outro exemplo é a GO-050, no trecho de 56,7 km entre os municípios de Trindade e Palmeiras de **Goiás**. No ano passado, os fiscais do **TCE-GO** verificaram comprometimento na via em 24,7%. Neste ano, a situação também piorou e os técnicos verificaram a existência de buracos em mais de metade da via, com 53,4%. Segundo o relatório divulgado pelo tribunal. A reportagem de O POPULAR esteve no local nesta quarta-feira (9) e verificou a existência de problemas no asfalto e boa parte da **rodovia**, com a falta da capa asfáltica, por exemplo.

## PROCESSO

De acordo com o tribunal, o processo relativo à fiscalização de 2023 das condições de trafegabilidade das rodovias estaduais é o mesmo de 2022 (202200047001676), o qual encontra-se em andamento. "No momento, aguarda-se o posicionamento da Goinfra, a qual foi citada nos autos para apresentar medidas em face ao diagnóstico realizado, com a indicação de prazos em cronograma detalhado para correção dos principais problemas, com atenção especial aos processos erosivos e

segmentos com elevada deterioração.", informa.

A Goinfra ressaltou ao POPULAR que "está atuando de forma transparente, estratégica e conjunta com o tribunal em busca de soluções para o aprimoramento da gestão de **obras** públicas". A agência informa que "toda a malha rodoviária de **Goiás** possui cobertura contratual, o que possibilita a realização de manutenções rotineiras, restaurações e **obras** de construção rodoviária, garantindo condições de trafegabilidade em todas as rodovias estaduais". Questionada especificamente sobre a situação atual das rodovias que possuem mais de 90% de comprometimento, a Goinfra não respondeu.

Trecho de 56,7 km entre os municípios de Trindade e Palmeiras de **Goiás** na GO-050: **TCE** identificou buracos e falta da copa asfáltica

"Apesar dos contratos de manutenção rodoviária e do esforço empreendido, boa parte dos trechos ainda apresentam problemas 91 **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**

Fiscalização encontra 80 erosões em 36 rodovias

O relatório de Fiscalização das Rodovias estaduais do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** aponta a existência de 80 erosões ao longo de 36 das 112 rodovias verificadas pelos técnicos. A pior situação é na GO-050, entre Chapadão do Céu e a entrada para a BR-364, em que foram encontrados 18 processos erosivos. Na GO-108, entre os municípios de Mambá e Sítio D'Abadia, que é o pior trecho com relação à quantidade de via comprometida pela existência de buracos (leia ao lado), ainda possui seis erosões. A mesma quantidade foi verificada na GO-236, entre Mambá e a entrada para a BR-020.

Neste caso das erosões, no entanto, diferentemente do que ocorre com relação à quantidade de trechos comprometidos com a presença de buracos, a situação verificada em 2023 é melhor do que em 2022 no geral. No ano passado, os técnicos do **TCE-GO** apontaram a existência de 124 erosões em 54 trechos rodoviários do total de 111 que receberam os fiscais do tribunal. Porém, individualmente, as rodovias em situação ruim, tiveram piora.

A GO-050, entre Chapadão do Céu e a entrada para a BR-364, em 2022 tinha um total de nove erosões, ou seja, a metade do que foi verificado neste ano. Já na GO-108, entre Mambá e Sítio D'Abadia, a situação melhorou, visto que no ano passado foram vistas oito erosões e neste ano, seis. No geral, o relatório do **TCE-GO** deste ano, verificou que as 80 erosões representam apenas 2,1% do total de problemas encontrados nos 112 trechos rodoviários estaduais.

O pior problema, com 53,9%, são os buracos, que foram relatados como "panelas", com um total de 2.050 ocorrências. Há ainda 1.667 afundamentos de pista, o que corresponde a 43,9% dos problemas encontrados, além de três deslizamentos de terra. O **TCE-GO** reforça que a metodologia utilizada neste ano foi a mesma dos trabalhos anteriores. "O trabalho foi conduzido com observância aos princípios e padrões estabelecidos e em conformidade com as Normas de Auditoria do Setor Público -NBASPs, adotadas pelo **TCE-GO** por meio da Resolução Normativa n.º 07/2019."

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/10-agosto-2023/10-caderno>

# Seis trechos têm buracos em mais de 90% do asfalto

Página 4

**Site:** <https://daqui.opopular.com.br/digital/10-agosto-2023/daqui-go>

# Buracos tomam seis trechos

Relatório de Fiscalização das Rodovias Estaduais, realizado anualmente por técnicos do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, aponta que seis trechos da malha rodoviária goiana estão com mais de 90% comprometidos, ou seja, quase totalmente esburacados. A situação é pior na GO-108, que liga Mambai a Sítio D'Abadia, na região Nordeste, em que há buracos em todo o trecho de 45 quilômetros.

Ao todo, 112 trechos foram percorridos pelos técnicos, o que somou um total de 6.089 km da malha estadual, ou seja, 50,8% de todas as rodovias pavimentadas.

A GO-070, no trecho que liga Itapirapuã a Matrinchã é listada no relatório também entre as piores, com 98,5% do local com buracos. Ainda estão com mais de 90% comprometidos os trechos das GOs 446 (entre Jaciara e Posse), com 94,5%, 463 (entre a BR-020 e Divinópolis de **Goiás**), com 91,5%, 020 (entre Pires do Rio e a BR-050 com 91,3%, e a 568 (entre Indiara e Palmeiras de **Goiás**), que possui buracos em 90,9%.

Essas rodovias fiscalizadas, somadas, possuem 280 quilômetros em que a condição viária é péssima. Há ainda outros três trechos rodoviários estaduais cujos problemas estão em mais de 80%, eles estão nas GOs 236, 302 e 206 (ver mais no quadro).

Segundo o **TCE-GO**, "em 2019, 2020 e 2022 foram realizados trabalhos de fiscalização com objetivo de avaliar, mediante amostragem, as condições de trafegabilidade das rodovias goianas". Todas as ações de fiscalização resultaram em processos internos no órgão e foram publicados no Observatório do Cidadão. A fiscalização realizada pelo tribunal no ano passado, de acordo com o órgão e em razão da situação encontrada, resultou no encaminhamento de diligências aos gestores da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra).

PIOROU Houve, no entanto, a necessidade de exame no local das medidas adotadas pelo governo estadual e, para isso, foi designada nova equipe de fiscalização, que resultou no relatório realizado para 2023.

A fiscalização de 2022 foi realizada em 111 trechos rodoviários estaduais, que somavam 6.036 km. Na ocasião, nenhuma **rodovia** tinha mais de 70% de comprometimento. A pior situação era exatamente com a GO-108, que na ocasião estava com 66,8% do trecho comprometido com buracos na pista, ainda

longe dos atuais 100%.

Também na fiscalização do ano passado, apenas 10 trechos tinham mais da metade da pista com problemas estruturais. Neste ano, os buracos estão em mais de 50% das pistas em 31 dos trechos analisados. "Boa parte dos trechos fiscalizados ainda apresentam problemas, afetando o nível de segurança das rodovias estaduais", informa o **TCE**.

Asfalto danificado em trecho da GO-050, em Palmeiras de **Goiás**

Goinfra é cobrada pelo **TCE**

O processo relativo à fiscalização de 2023 das condições de trafegabilidade das rodovias estaduais encontra-se em andamento. "No momento, aguarda-se o posicionamento da Goinfra, a qual foi citada nos autos para apresentar medidas em face ao diagnóstico realizado, com a indicação de prazos em cronograma detalhado para correção dos principais problemas", diz o **TCE**.

A Goinfra ressaltou que "está atuando de forma transparente, estratégica e conjunta com o tribunal em busca de soluções para o aprimoramento da gestão de **obras** públicas". Questionada especificamente sobre a situação atual das rodovias que possuem mais de 90% de comprometimento, a Goinfra não respondeu.

**Site:** <https://daqui.opopular.com.br/digital/10-agosto-2023/daqui-go>

# Seis trechos de GO's estão com buracos aponta TCE

Assunto(s): TCE GOIÁS, GOINFRA

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/08/10/RDIOEXECUTIVA>**

**FM927GOINIAGO-07.08.09-07.09.45-1691663995.mp3**

# Parlamento goiano avaliza propostas voltadas à economia do Estado

O Plenário aprovou, em fase definitiva, na sessão ordinária desta quinta-feira, 10, três matérias apresentadas pela Governadoria. Destaque para a proposição que altera o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE). A mudança busca facilitar a inscrição cadastral, especialmente para o setor sucroalcooleiro, proporcionando vantagens para as atividades econômicas afetadas. Outra matéria avalizada é pela redução da base de cálculo do ITCD na transmissão de imóveis situados no Polo Empresarial **Goiás** para 30% no ano de 2023.

Reunidos no Plenário Iris Rezende, os deputados da **Alego** apreciaram uma pauta de 19 projetos de lei nesta quinta-feira, 10. Do total, 15 seguem para a análise e possível sanção do Executivo e três estão, agora, aptos à segunda fase de votações. Antes da Ordem do Dia, os parlamentares aprovaram a quebra de interstício das proposições votadas nas sessões de quarta-feira, 9.

O destaque entre as aprovações definitivas vai para três matérias apresentadas pela Governadoria. O processo nº 1356/23 visa alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei nº 21.527/22, que norteia a elaboração e a execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023. A proposição objetiva mudanças nas despesas com pessoal no orçamento do Estado. Para a medida, apresentam-se argumentos embasados na Secretaria de Estado da Economia e na Procuradoria-Geral do Estado (PGE), demonstrando que a alteração está de acordo com as projeções de despesas obrigatórias do Poder Executivo e que passará pela análise do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, sem qualquer impedimento. A proposta se alinha aos limites do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de **Goiás**.

Já o texto nº 1447/23 visa a alterar o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE) para permitir a centralização da inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado (CCE) em casos específicos. A mudança busca reduzir a burocracia na inscrição cadastral, especialmente para o setor sucroalcooleiro, proporcionando vantagens para as atividades econômicas afetadas.

Por fim, a última sugestão do Executivo avalizada é pela redução da base de cálculo do Imposto sobre a

Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) na transmissão de imóveis situados no Polo Empresarial **Goiás** para 30% no ano de 2023. Ao discutir o projeto, o deputado Veter Martins (Patriota) afirmou que a aprovação dessa proposta beneficiará empresários de Aparecida de **Goiânia**, permitindo a regularização e expansão de investimentos.

Todos os outros projetos aprovados em fase final pelo Plenário são de iniciativa parlamentar. O presidente da **Alego**, Bruno Peixoto (UB), assina sete propostas em prol da valorização da cultura e identidade goianas. O deputado sugere incluir no Calendário Cívico, Cultural e Turístico de **Goiás**: o Dia do Romeiro de Nossa Senhora do Muquém; a Festa em Louvor à Nossa Senhora da Abadia realizada no município de Nova Aurora; a Expo Rio Verde e a Festa em Louvor ao Senhor Bom Jesus de **Goiânia**.

Além disso, propõe instituir o Circuito Turístico Cultural do Carro de Boi no estado de **Goiás**; reconhecer o município de Damolândia como a "Capital Goiana do Carro de Boi" e declarar a festa Totus Tuus como patrimônio cultural e imaterial.

Ainda no tema da cultura, a ideia de Gugu Nader (Agir) para criar o Dia Estadual do Pequi (23 de outubro) também foi aprovada definitivamente.

Igual destino teve o projeto que pleiteia garantias a agentes públicos do sistema socioeducativo e das guardas civis municipais. O texto é dos deputados Coronel Adailton (Solidariedade) e Bruno Peixoto.

A intenção é ficar "assegurado aos agentes públicos do sistema socioeducativo e das guardas civis municipais, presos provisoriamente no âmbito do Estado de **Goiás**, o recolhimento em prisão especial, com o fim de garantir a integridade física do agente público".

Dois projetos de resolução para criar comendas no Legislativo goiano receberam o último sinal verde do Plenário. O parlamentar Henrique César (PSC) responde por ambos. São as novidades: a Comenda Pastor Albino Gonçalves Boaventura, destinada a homenagear pastores e evangelistas que dediquem sua vida ao ensino do evangelho. E a Comenda Bispo Abigail Carlos de Almeida, para condecorar líderes

evangélicos que tenham prestado relevantes serviços ao Estado de **Goiás**, em especial, na área social.

Ambas deverão ser concedidas anualmente em sessão solene, preferencialmente em dezembro, mês em que se comemora o Dia Estadual do Evangélico.

Primeiro aval

O deputado Veter Martins, por meio do projeto de lei nº 708/23, propõe que seja vedada qualquer intervenção nos espaços públicos livres que vise a restringir o direito à circulação e à permanência nesses locais da pessoa em situação de rua. A matéria, aprovada em primeira fase, prevê excluir a vedação da proteção ou intervenção temporária quando é necessária para a realização de eventos sazonais, manifestações de grande mobilização ou congêneres, com a finalidade de proteger o patrimônio público ou privado.

A proposta também se refere às intervenções que são consideradas pelo urbanismo como arquitetura hostil, que objetiva desestimular seu uso ou permanência de pessoas, sobretudo daquelas em situação de rua.

Visando a proteção do consumidor, o processo de legislativo nº 5059/21, de Charles Bento (MDB) segue para segunda etapa de votação. O objetivo é proibir a cobrança por perda de ticket de estacionamento nos estabelecimentos comerciais goianos.

O outro projeto aprovado pela primeira vez pelo Plenário é do deputado Fred Rodrigues (DC) e pede que seja proibida a realização de bloqueio puberal e hormonioterapia cruzada em crianças ou adolescentes menores de 18 anos, para transição de gênero, em toda a rede de saúde pública e privada do estado.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site:

**<https://portal.al.go.leg.br/noticias/135560/parlamento-goiano-avaliza-propostas-voltadas-a-economia-do-estado>**

# Plenário dá aval a matéria que altera Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Durante a Ordem do Dia da sessão ordinária desta quinta-feira, 10, o Plenário aprovou em segunda e última votação, o projeto de lei nº 1356/23, enviado pelo Executivo estadual, destinado a alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei nº 21.527/22, que norteia a elaboração e a execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023.

O Governo expõe motivos de acréscimo às despesas com pessoal em 2023 apresentando argumentos da Secretaria de Estado da Economia (Economia) e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

A Economia afirma que a alteração está em conformidade com as projeções de despesas obrigatórias do Poder Executivo, bem como da Secretaria de Estado da Administração (Sead), e que passará pelo escrutínio do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, conforme a legislação vigente. Portanto, sem impedimento para desabono. Também declara que a alteração proposta para acréscimo das despesas deve estar expressa em concurso com a Lei nº 21.527, de 2022, e dentro dos limites do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de **Goiás**.

Quanto à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), afirma a viabilidade jurídica da proposta pelo Poder Executivo de **Goiás** e ratifica sua competência para a edição da norma, consoante § 1º do art. 169, da Constituição Federal, e § 5º do art. 41, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Estadual.

**Site:** <https://portal.al.go.leg.br/noticias/135555/plenario-da-aval-a-materia-que-altera-lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo>

# Plenário dá aval à matéria que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Durante a Ordem do Dia da sessão ordinária desta quinta-feira, 10, o Plenário aprovou em segunda e última votação o projeto de lei nº 1356/23, enviado pelo Executivo estadual, destinado a alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei nº 21.527/22, que norteia a elaboração e a execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023.

O Governo expõe motivos de acréscimo às despesas com pessoal em 2023 apresentando argumentos da Secretaria de Estado da Economia (Economia) e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

A Economia afirma que a alteração está em conformidade com as projeções de despesas obrigatórias do Poder Executivo, bem como da Secretaria de Estado da Administração (Sead), e que passará pelo escrutínio do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, conforme a legislação vigente. Portanto, sem impedimento para desabono. Também declara que a alteração proposta para acréscimo das despesas deve estar expressa em concurso com a Lei nº 21.527, de 2022, e dentro dos limites do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de **Goiás**.

Quanto à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), afirma a viabilidade jurídica da proposta pelo Poder Executivo de **Goiás** e ratifica sua competência para a edição da norma, consoante § 1º do art. 169, da Constituição Federal, e § 5º do art. 41, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Estadual.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/135555/plenario-da-aval-a-materia-que-altera-a-lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo>

# TCE: 90% das rodovias goianas estão precárias

Levantamento do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** em mais de 6 mil quilômetros da malha rodoviária goiana constatou que mais de 90% dela está em condições precárias, principalmente com muitos buracos. A inspeção foi iniciada em março deste ano e forneceu os dados necessários para a atualização do painel Fiscalização das Rodovias Estaduais, disponível no Observatório do Cidadão, no site do **TCE-GO**.

A fiscalização buscou identificar, mediante levantamento visual de 112 trechos, problemas que possam trazer risco à segurança dos usuários. Na metodologia utilizada para avaliação, foram contabilizadas ocorrências a cada segmento de um quilômetro, independente da frequência, intensidade ou severidade nos trechos fiscalizados.

A situação é pior na GO-108, que liga Mambaí a Sítio D'Abadia, na região Nordeste, em que há buracos em todo o trecho de 45 quilômetros (km). Os dados constam no relatório de Fiscalização das Rodovias Estaduais, realizado anualmente pelo órgão. Ao todo, 112 trechos foram percorridos pelos técnicos, o que somou um total de 6.089 km da malha estadual, ou seja, 50,8% de todas as rodovias pavimentadas.

A Goinfra, do governo de **Goiás**, já foi intimada a apresentar razões para as constatações, bem como medidas com prazos em cronograma detalhado para correção dos problemas apontados no relatório. Para os técnicos do tribunal, diversos fatores podem contribuir para essas condições, "como a sobrecarga das rodovias, tempo decorrido desde a construção, eventos climáticos, má manutenção etc."

Leia também: Rodovias: governo federal promete investir R\$ 910 milhões em **Goiás**

Site: <https://www.entrelinhasgoias.com.br/tce-90-das-rodovias-goianas-estao-precarias/>

# Projetos do Executivo são destaque na pauta desta quinta-feira, 10

O Plenário da **Alego** realiza hoje, a partir das 15 horas, a 4ª sessão deliberativa da semana e 3ª em caráter ordinário. Na pauta, três processos governamentais, incluindo o que prevê acréscimo às despesas com pessoal no orçamento do Estado, que deve ser votado em definitivo. Também há projetos de autoria parlamentar na Ordem do Dia. A sessão será transmitida ao vivo, pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site [portal.al.go.leg.br](http://portal.al.go.leg.br) e, ainda, no canal do Youtube.

Nesta quinta-feira, 10, a Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realiza sua quarta sessão deliberativa da semana e terceira em caráter ordinário. Com um total de 22 processos legislativos em pauta na Ordem do Dia, a reunião está marcada para iniciar às 15 horas, em sistema híbrido, com parte dos parlamentares presentes no Plenário Iris Rezende, do Palácio Maguito Vilela, e a outra parte participando de forma remota.

Projetos de autoria da Governadoria ganham destaque, passando por apreciação em segunda discussão e votação. O processo nº 1356/23 objetiva acréscimo às despesas com pessoal no orçamento do Estado. Aprovado em primeira votação ontem, o projeto altera a Lei nº 21.527, de 26 de julho de 2022, que estabelece as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023.

Para a medida, o Governo estadual apresenta argumentos embasados na Secretaria de Estado da Economia e na Procuradoria-Geral do Estado (PGE), demonstrando que a alteração está de acordo com as projeções de despesas obrigatórias do Poder Executivo e que passará pela análise do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, sem qualquer impedimento. A proposta se alinha aos limites do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de **Goiás**.

O projeto de número 1447/23, também de autoria do Poder Executivo, visa a alterar o Código Tributário do Estado de **Goiás (CTE)**, permitindo a centralização da inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado (CCE) em casos específicos. A mudança tem como objetivo reduzir a burocracia na inscrição cadastral, especialmente para o setor sucroalcooleiro, proporcionando vantagens para as atividades econômicas afetadas.

A terceira proposição governamental em destaque é o projeto de lei nº 1388/23, que busca reduzir a base de cálculo do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) na transmissão de imóveis situados no Polo Empresarial **Goiás** para 30% no ano de 2023. De acordo com o relator da matéria na Comissão Mista, deputado Veter Martins (Patriota), a aprovação dessa proposta beneficiará empresários do Polo **Goiás**, permitindo a regularização e expansão de investimentos.

Além dos projetos de autoria da Governadoria, processos parlamentares estão em pauta para votações em segunda e primeira discussão, abrangendo temas como saúde, cultura, educação e tributação.

Para mais informações sobre as matérias já constantes da Ordem do Dia para a sessão ordinária desta quinta-feira, 10, consulte a pauta prévia.

## Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento estadual ([portal.al.go.leg.br](http://portal.al.go.leg.br)) e, ainda, pelo canal do Youtube. Dessa forma, a população tem a oportunidade de acompanhar as discussões e votações de todas as matérias em pauta.

A Ordem do Dia, que é a fase mais importante da sessão, envolve a discussão e votação das matérias em destaque. Cada projeto de lei é analisado e debatido pelos deputados antes de ser votado. Esse momento é crucial para a democracia, pois é quando os parlamentares têm a oportunidade de defender

suas proposições, ou argumentar contra as matérias das quais discordam.

As decisões tomadas na Assembleia Legislativa têm impacto direto na vida da população. Por isso, é fundamental que os cidadãos acompanhem o trabalho dos parlamentares e participem das decisões, dando a sua opinião e, assim, contribuindo para o aprimoramento da democracia.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

**Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/135522/projetos-do-executivo-sao-destaque-na-pauta-desta-quinta-feira-10>**

# Rodovias esburacadas (Editorial)

Relatório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, cujo teor foi publicado na edição desta quinta-feira (10), faz um preocupante diagnóstico das rodovias estaduais de **Goiás**. Nos últimos meses, houve uma piora significativa na malha viária, com mais 90% de comprometimento em alguns trechos.

Algumas rodovias estaduais, segundo o documento, têm situação crítica, como a GO-070, entre Itapirapuã e Matrinchã, e a GO-446, que liga Iaciara a Posse. Há, inclusive, erosões, que colocam usuários em risco e podem prejudicar o escoamento da produção, como na GO-050, em Chapadão do Céu.

A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra)** alega que toda a malha viária do estado possui cobertura contratual para manutenção, restauração e construção, de modo a garantir as condições de trafegabilidade. Contudo, a fiscalização do **TCE** contradiz a afirmação.

No início do ano, a taxa do agro começou a vigorar em **Goiás**, mesmo sob protestos. A estimativa do governo é de arrecadar R\$ 1,2 bilhão até o fim do ano para investir em rodovias.

O que o setor produtivo e toda a sociedade cobram é que o compromisso seja cumprido. Porém, a se julgar pelo relatório do tribunal, o resultado, até agora, está muito longe do satisfatório.

Site: <https://opopular.com.br/opiniao/editorial/rodovias-esburacadas-1.3055899>

# Assembleia aprova remanejamento de R\$ 783 milhões no orçamento

A Assembleia Legislativa aprovou, na quarta-feira (09), um projeto de autoria do governo estadual que modifica o orçamento deste ano, redirecionando um total de R\$ 783,4 milhões para atender a demandas variadas de servidores do estado. O projeto foi aprovado em primeira votação com 25 votos a favor e nenhum contra.

A maior parcela dos recursos são destinados ao reajuste salarial dos professores, totalizando R\$ 319 milhões. Em seguida, estão os recursos para a data base de 2023, somando R\$ 292 milhões, e a nomeação de aprovados no concurso de 2022 da Polícia Militar, com um custo de R\$ 69 milhões. Além disso, há alocações para revisões gerais nos orçamentos da Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Defensoria Pública (DPE), Ministério Público Estadual (MPGO) e Secretaria de Educação (Seduc), totalizando R\$ 84 milhões.

Leia a nossa edição impressa . Para receber as notícias do Diário de Aparecida em primeira mão entre em um dos dos nossos grupos de WhatsApp.

**Site:** <https://diariodeaparecida.com.br/assembleia-aprova-remanejamento-de-r-783-milhoes-no-orcamento/>

# Incompetência: Caiado, o rei de buracos, panelas e erosões nas rodovias. Relatório do Tribunal de Contas aponta aumento de piora

No último mês de março o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** iniciou uma inspeção para a atualização do painel de Fiscalização das Rodovias Estaduais e o resultado foi alarmante.

A vistoria foi realizada em 112 trechos com problemas que possam trazer risco à segurança dos usuários. Em 6.089 km houve aumento de buracos e erosões na malha rodoviária goiana por falta de manutenção do governo Caiado. O comprometimento chega a 90% por cento, número recorde na história em **Goiás**.

Ironia

Enquanto isso Caiado comemora a pavimentação de 6 km na GO-474 que fica entre Abadiânia e o Lago de Corumbá IV.

Piada, pois neste mesmo trecho o governo Marconi Perillo (PSDB) pavimentou praticamente tudo. A rodovia tem 35 km e apenas 6 não receberam a pavimentação, pois no local existe um desvio por causa de uma rede de transmissão de Furnas. Mesmo assim, quando Caiado assumiu o governo, esses 6 km da GO estavam pronta para o asfalto, com terraplanagem concluída.

Vejam quanta incompetência do senhor Pedro Sales, reizinho da Goinfra, que praticamente fez 1 km por ano durante o governo nesta rodovia, e mesmo assim tem coragem de comemorar. É o fim da picada.

A Goinfra já foi intimada a apresentar as medidas com prazos em cronograma detalhado para correção dos problemas. Segundo o relatório do Tribunal de Contas, destacaram-se trechos críticos com buracos/panelas ou afundamentos nas seguintes rodovias:

GO-070, trecho entre Itapirapuã e Matrinchã;

GO-020, trecho entre Pires do Rio até Entroncamento da BR-050;

GO-468, trecho entre o Entroncamento da BR-020 (Bezerra) e Divisa GO-MG;

GO-108, trecho entre Mambá e Sítio D"Abadia;

GO-446, trecho entre Iaciara e Posse;

GO-463, trecho entre o Entroncamento da BR-020 e Divinópolis;

GO-568, trecho entre Indiara e Palmeiras de **Goiás**.

GO-050, trecho entre Chapadão do Céu e Entroncamento da BR-364;

GO-236, trecho entre o Entroncamento da BR-020 e Mambá;

GO-108, trecho entre Mambá e Sítio D"Abadia;

GO-164, trecho entre Cidade de **Goiás** e Araguapaz;

GO-080, trecho entre Goianésia e Jaraguá.

**Site: <https://goias24horas.com.br/189627-incompetencia-caiado-o-rei-de-buracos-panelas-e-erosoes-nas-rodovias-relatorio-do-tribunal-de-contas-aponta-aumento-de-piora/>**